

Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município

**2º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

PROVA ESPECÍFICA - DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1: (30 pontos) O Município X celebrou com o Estado Y um convênio tendo por objeto a desocupação de um complexo penitenciário estadual no centro do Município, com a respectiva construção de outros estabelecimentos prisionais em áreas mais adequadas, bem como a revitalização urbanística da área que se encontrava o imóvel estadual. Ao Estado caberia a desativação do complexo penitenciário e a doação do imóvel ao Município que, por sua vez, se comprometeu a construir outros dois presídios para albergar a população carcerária e transformar o imóvel doado em área de lazer.

Passados onze meses da vigência do convênio, tendo o Município já construído um dos presídios que lhe cabia, em consonância com o cronograma estabelecido, o Governador do Estado resolve denunciar o referido convênio, ao argumento de que "não mais existe interesse convergente no ajuste".

Como Procurador do Município X, estabeleça os argumentos de mérito que poderiam ser suscitados em eventual ação judicial em face do Estado Y.

QUESTÃO 2: (20 pontos) O Município X, após regular processo de licitação, celebrou com a empresa Y contrato de concessão de serviço público de transporte municipal de passageiros, com prazo de vigência de 20 anos, do qual não constou hipótese de reequilíbrio econômico e financeiro do contrato para gratuidades concedidas a pessoas idosas.

O Poder Concedente, em atendimento a uma lei federal (declarada constitucional pelo STF), obriga a concessionária a transportar gratuitamente idosos.

A concessionária, após dois anos transportando idosos gratuitamente, alegando desequilíbrio econômico e financeiro do contrato, ajuíza ação indenizatória em face do Município.

Na qualidade de Procurador do Município, apresente o fundamentos jurídicos da defesa e, na hipótese de procedência do pedido por decisão judicial transitada em julgado, qual medida jurídica recomendaria ao Chefe do Poder Executivo para recomposição do prejuízo ?

QUESTÃO 3: (20 pontos) Em licitação mediante pregão presencial, o pregoeiro, atendendo à recomendação superior de urgência na contratação, limitou o número de rodadas de lances verbais. Encerrada a fase de lances, um licitante manifestou interesse em recorrer contra a decisão limitadora. O pregoeiro rejeitou o recurso e adjudicou o objeto ao licitante que ofertou o menor preço, tudo tendo sido registrado em ata.

A autoridade administrativa competente para homologar o certame solicitou à Procuradoria Municipal parecer acerca da possível revisão do ato de adjudicação, tendo-o por anti-econômico, com a consequente reabertura do pregão. Enuncie os fundamentos do parecer.

QUESTÃO 4: (30 pontos). Fiscal de Tributos do Município de Nova Iguaçu, depois de aposentado, foi notificado pelo Presidente de Comissão de Inquérito de Processo Administrativo Disciplinar para se defender da prática de infrações disciplinares graves, cometidas no período entre 1995 e 2000, quando ainda se encontrava em atividade, sob a acusação de *exigir "propina" para dar baixa indevida em créditos tributários devidamente constituídos*, incorrendo, pois, em violação a diversos tipos funcionais, *ex vi* dos incisos I (crime contra a administração pública), IV (improbidade administrativa), X (lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Município) e XI (corrupção), todos do artigo 110 da Lei nº 2.378, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários do Município de Nova Iguaçu.

O Fiscal aposentou-se por tempo de serviço em 27.2.2009, com proventos integrais, sem nenhuma condenação averbada em sua ficha funcional.

A autoridade administrativa competente, que teve conhecimento do fato após a publicação de matéria investigativa publicada em jornal local, na edição de 1º de agosto de 2009, deferminou a instauração, diretamente, de processo administrativo disciplinar, por meio da Portaria n. 171/2009, publicada no Diário Oficial do Município em 05.08.2009.

A Comissão de Inquérito, depois sucessivas prorrogações, submete ao Prefeito Relatório Final em 26.09.2014, em que, após concluir pela autoria e a materialidade do delito funcional, opina pela cassação de aposentadoria do Fiscal, com base nas transgressões disciplinares previstas nos incisos I, IV, X e XI do art. 110 da Lei nº 2.378, de 29 de dezembro de 1992.

Antes de proferir a sua decisão, porém, o Prefeito encaminha os autos de processo administrativo para elaboração de parecer da Procuradoria Geral do Município, submetendo-lhe as seguintes questões:

- A) É possível aplicar a pena de cassação de aposentadoria por infração funcional cometida pelo servidor ainda em atividade?

- B) O Prefeito submete à consulta da Procuradoria minuta de Portaria de cassação da aposentadoria com data de publicação para 30 de setembro de 2014, questionando se terá havido prescrição da pretensão punitiva do Município. Opine.
- C) A extrapolação do prazo legal para a conclusão do processo administrativo disciplinar, que perdurou por vários anos, gera sua nulidade? Responda.

“Art. 119 – A ação disciplinar prescreverá:

I. em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II. em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III. em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência;

** 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tomou conhecido.*

** 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.*

** 3º - A abertura da sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão;*

** 4º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.*

Art. 129 – O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá a 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias exigirem.”

Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município

**2º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

PROVA ESPECÍFICA - DIREITO CIVIL E COMERCIAL

QUESTÃO 1: (30 pontos) Estabeleça o conceito de evicção, explicando se ela é compatível com a (a) desapropriação administrativa (amigável); (b) desapropriação judicial; e (c) desapropriação indireta.

QUESTÃO 2: (30 pontos) Aos 10 anos de idade, Joaquim, através de seus pais, cedeu de forma onerosa sua imagem à edilidade pelo prazo de 15 anos, para que fosse estampada em livro educativo de distribuição limitada na rede pública municipal, de que era aluno. A primeira edição foi veiculada quando Joaquim tinha 12 anos de idade.

Dez anos após a primeira publicação, o Município anuncia o lançamento da segunda edição, para o próximo ano letivo, divulgando, desde já, a capa do livro com a mesma imagem de Joaquim. Inconformado, Joaquim apresenta requerimento administrativo pleiteando a retirada de sua imagem, bem como indenização por danos morais pela divulgação da capa da nova edição com sua foto, o que faz informando seu desejo de não mais ser lembrado pelo gênero masculino, vez que se submetera a cirurgia de transgenitalização.

O requerimento foi distribuído ao seu acervo como Procurador. Apresente os argumentos que deverão fundamentar seu parecer.

QUESTÃO 3: (40 pontos) Joao e Maria propuseram ação de indenização em face do Município Nova Iguaçu, a quem imputam responsabilidade civil pela morte de seu filho, José, menor com 6 anos de idade. Alegaram que seu filho deixou de receber o tratamento adequado e específico para a patologia, no Hospital Municipal, razão pela qual veio a falecer.

O laudo pericial apresentado pelo Perito Judicial indicou que o menor foi acometido de enfermidade grave, que é combatida com o tratamento específico, não aplicado pelo Hospital. Acrescentou que a probabilidade de o menor sobreviver caso empregado o tratamento seria de 25%.

A sentença, considerando o Município responsável pela morte da vítima, julgou procedente a demanda, para condenar o réu a pagar aos autores indenização por dano moral no valor de R\$ 200.000,00 para cada um. Além disso, fixou indenização por dano material sob a forma de pensão vitalícia no valor de um salário mínimo a ser dividida em igual proporção para cada um dos autores, a contar da data do óbito. Responda, fundamentadamente: poderia a sentença ter considerado o Município responsável pelos danos sofridos pelos autores? O que poderia o Município argumentar em sede de apelação?

Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município

**2º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

PROVA ESPECÍFICA - DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 1: (40 pontos) O Município Y, localizado no Estado do Rio de Janeiro, em promovendo o licenciamento ambiental de um loteamento pra construção de trinta unidades residenciais, com impactos ambientais diretos circunscritos aos limites territoriais do referido Município. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - composta por profissionais das áreas de engenharia, geologia, biologia e arquitetura - expediu licença prévia (LP) para o empreendimento em questão, com base no Código Ambiental do Município.

Ao tomar conhecimento da expedição da LP, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública requerendo a nulidade da licença expedida, bem como a remessa do processo ao IBAMA, haja vista que, segundo a Constituição da República e a Lei Complementar nº 140/2011, a União Federal seria o ente competente para o licenciamento ambiental do empreendimento em foco e não o Município. Os fundamentos jurídicos da pretensão do MPF são os seguintes: (a) o empreendimento está parcialmente localizado em área que abriga sítio arqueológico, que é bem da União nos termos do art. 20 da CRFB, o que justificaria a preponderância do interesse federal para o licenciamento em tela; (b) no local de implantação do empreendimento existe vegetação do bioma mata atlântica a qual, segundo o art. 225, §4º, da CRFB, é patrimônio nacional, o que desafiaria a competência da União; (c) o empreendimento está situado numa Área de Proteção Ambiental federal, o que constituiria mais um motivo para o licenciamento da União; (d) a inexistência de órgão municipal capacitado para o licenciamento ambiental em questão, o que reforçaria a incompetência do ente municipal para o licenciamento; (e) que o art. 9º, XIV, alínea 'a' da Lei Complementar 140/11, ao condicionar o exercício da competência dos Municípios à edição de normas pelos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente dos Estados, segundo parte da doutrina, seria inconstitucional, por violação da autonomia municipal. Logo, a Resolução CONEMA/RJ nº 42/2012, que traz o significado de

impacto ambiental de âmbito local para fins de fixação das competências dos municípios no Estado do Rio de Janeiro, seria inválida e não poderia servir de lastro normativo ao licenciamento em tela.

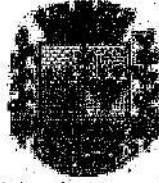
Como Procurador do Município, apresente o(s) fundamento(s) jurídico(s) em defesa da competência municipal para o licenciamento em questão, impugnando, ainda, cada um dos cinco argumentos deduzidos pelo MPF.

QUESTÃO 2: (30 pontos)

No exercício da função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado determina ao Município a suspensão de procedimento licitatório diante de denúncias de direcionamento do certame, a fim de beneficiar sociedade formada pelos mesmos sócios e com objeto idêntico a de outra declarada inidônea. No mesmo acórdão, os conselheiros ainda determinam a quebra de sigilo bancário dos sócios para viabilizar a apuração de eventual ilícito. Analise os fundamentos e a juridicidade da decisão da Corte de Contas.

QUESTÃO 3: (30 pontos)

Discuta as características do mandado de injunção e os parâmetros utilizados pela jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal na sua aplicação.



Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município

**2º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

PROVA ESPECÍFICA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 1: Omissa a sentença condenatória transitada em julgado em relação a juros e honorários advocatícios, é possível incluir essas verbas na execução? Fundamente. **(20 pontos)**

QUESTÃO 2: Interposto e admitido na origem recurso especial alegando decadência, o processo é distribuído a você, na qualidade de Procurador do Município. Constatando a incompetência absoluta do Juízo de primeiro grau, pode o Município provocar que o Superior Tribunal de Justiça aprecie esse último ponto, por ocasião do julgamento do recurso especial? Fundamente. **(20 pontos)**

QUESTÃO 3: Em um primeiro processo, o Município de Nova Iguaçu é condenado a ressarcir o autor pelos danos causados por acidente automobilístico, no qual o servidor do Município guiava o veículo em alta velocidade. Não tendo denunciado a lide, posteriormente o Município promove ação de regresso contra o servidor, valendo-se de prova pericial produzida naquele primeiro processo, que atestava a velocidade acima do limite permitido. Manifeste-se sobre a admissibilidade dessa prova no segundo processo. **(30 pontos)**

QUESTÃO 4: Servidor aposentado do Município de Nova Iguaçu obtém em seu favor condenação em processo de revisão de proventos contra o ente municipal. Transitada em julgado a decisão, e a fim de iniciar a execução, o Juízo, a pedido do servidor, requisita ao Município as informações necessárias para apuração da quantia devida. Transcorridos mais de 10 (dez) anos sem que a Fazenda municipal apresente as informações requisitadas, como você, na qualidade de Procurador do Município, defenderia a ocorrência de prescrição da pretensão executiva? **(30 pontos)**

Município de Nova Iguaçu

Procuradoria Geral do Município

**2º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

**PROVA ESPECÍFICA – RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

QUESTÃO 1: (30 pontos)

Ocupante de emprego público em sociedade de economia mista municipal sofreu desvio de função, passando a exercer função superior daquela para a qual fora originária e regularmente contratado. Permaneceu nesta função, sem regularização funcional e remuneratória, durante onze anos. Ajuizada ação com fundamento no princípio da primazia da realidade, postulou sua regularização funcional com as diferenças salariais correspondentes de todo o período.

Como procurador do município apresente os argumentos de defesa da reclamada e o posicionamento da jurisprudência majoritária sobre o tema.

QUESTÃO 2: (30 pontos)

Os empregados públicos de determinada empresa pública municipal, insatisfeitos com o descumprimento, pela administração, da cláusula nona da Convenção Coletiva de Trabalho que previa o fornecimento de uma cesta básica de alimentos até o décimo quinto dia do mês, decidiram, em assembléia regularmente convocada, deflagrar greve por tempo indeterminado, sem tentativa alguma de negociação com o empregador. O Ministério Público do Trabalho instaurou dissídio de greve e requereu ao Poder Judiciário a declaração de abusividade do movimento e retorno imediato dos empregados ao trabalho. Os trabalhadores em resposta, informaram que exerciam o direito constitucional de greve, e questionaram a legitimidade do Ministério Público para a instauração do dissídio coletivo. Como o candidato decidiria a pretensão do Ministério Público?

QUESTÃO 3: (40 pontos)

Discorra sobre a teoria do fato consumado e sobre o princípio da confiança legítima nas decisões judiciais e sua eventual aplicação, em caso em que candidato não aprovado em fase de concurso público foi provido em cargo público e tomou posse por força de medida liminar concedida na ação judicial que propôs, e que após doze anos teve decisão definitiva contrária.

Município de Nova Iguaçu
Procuradoria Geral do Município

**2º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU
PROVA ESPECÍFICA - DIREITO TRIBUTÁRIO**

QUESTÃO 1: (30 pontos) O Art. 165, parágrafo segundo da Constituição Federal prescreve que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) "disporá sobre as alterações na legislação tributária". Levando-se em consideração tal dispositivo constitucional, responda:

- a) Seria constitucionalmente válida a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF) sem a observância dessa finalidade da LDO?
- b) No caso da LDO estabelecer prazo máximo de validade para os benefícios fiscais a serem instituídos no exercício, é válida a disposição em contrário em lei de isenção editada no exercício a que se refere a LDO?

QUESTÃO 2: (20 pontos) Decreto do Município de Araguaia do Sul, publicado em 30 de dezembro de 2012, altera a planta genérica de valores dos imóveis para efeito de incidência do IPTU para além dos índices de inflação, determinando sua vigência a partir da data de publicação. No decorrer do mês de janeiro, o Município expede guia de cobrança do imposto calculado com base nos valores estabelecidos pelo citado Decreto. O contribuinte José da Silva impugna judicialmente a exigência, alegando que a cobrança viola os princípios constitucionais. Como Procurador, apresente os argumentos da defesa do Município. (Não há necessidade de seguir a estrutura formal de uma peça judicial)

QUESTÃO 3: (30 pontos) O Município XPT, através de seus Fiscais, promove, em 10 de setembro de 2013, a autuação do Cartório do 10º Ofício de Notas para pagamento de ISSQN face ao não recolhimento do aludido tributo em virtude dos serviços prestados no ano de 2012. Por sua vez, na mesma data, é lavrado um segundo auto de infração em virtude do não recolhimento dos valores de ITBI declarados como recolhidos nas escrituras de compra e venda de imóveis lavradas pela serventia.

Inconformado com a lavratura dos autos de infração, o titular do aludido cartório decide pela impugnação judicial dos lançamentos tributários, alegando: (i) que a serventia não pode ser cobrada pelo ISSQN, uma vez que tal tributo não incide sobre as atividades notariais; (ii) sustentando ainda que, caso fosse válida a incidência, a base de cálculo estaria em desconformidade com a legislação de regência. Já quanto à autuação pela ausência de recolhimento do ITBI, sustenta que não pode ser cobrado pelo inadimplemento da referida exação pelos compradores dos imóveis.

Responda fundamentadamente, inclusive enfrentando as possíveis divergências a respeito dos quesitos abaixo:

- a) É possível a cobrança de ISSQN sobre serviços cartorários?
- b) Caso seja possível, sobre que base de cálculo deve incidir o tributo?
- c) Quanto à autuação pelo não recolhimento do ITBI, é válida a responsabilização da Serventia? E do titular do cartório?

QUESTÃO 4: (20 pontos)

Objetivando incrementar a arrecadação tributária, o Secretário de Fazenda do Município encaminha consulta à Procuradoria Geral do Município de Nova Iguaçu sobre a viabilidade jurídica da utilização do protesto de CDA's como instrumento de cobrança dos impostos e taxas municipais. Instado a se manifestar, qual seria a sua orientação jurídica, abordando necessariamente: (i) a validade desse mecanismo de cobrança; (ii) o instrumento jurídico necessário para sua instituição; e (iii) a posição dos tribunais sobre o tema.